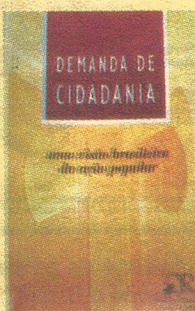


LEIA:

Por Eloi dos Santos Cruz R\$ 20,00



Por Fernando Benevides R\$ 10,00

Por Brigadeiro Ércio Braga R\$ 10,00

PENSANDO O BRASIL Já está a venda na AEPET fitas e DVD's com a palestra "Pensando o Brasil". A fita VHS é R\$ 15,00 e o DVD R\$ 10,00

4 AEPET Notícias

PRESENTE DE GREGO

Repactuação oferecida pela Petrobrás deixará os participantes da Petros ao "Deus-dará"

Por Fernando Siqueira
Conselheiro eleito do Petros

Para atenuar os efeitos perniciosos da inflação sobre os salários dos petroleiros, a Petrobrás com o artigo 41, vinculou o benefício dos aposentados aos salários do pessoal da ativa, e o artigo 48, inciso X, que responsabiliza as patrocinadoras por eventuais déficits do Plano Petros.

A repactuação eliminaria esses direitos adquiridos com duas conseqüências:

- (1) Passaríamos a ser regidos pela nova legislação (Emenda Constitucional nº 20) e leis complementares 108 e 109/2001), que estabelece que eventuais déficits serão repartidos; e
- (2) Estaríamos fazendo um contrato novo, perdendo direitos adquiridos em troca de "valor monetário" oferecido pela principal patrocinadora, a Petrobrás.

O que nos oferecem em troca? O pior dos índices de reajuste: o IPCA, que é achatado por ser referência salarial e de inflação (nem ao menos é a meta atuarial: IPCA+6%) e nenhuma recuperação de perdas que já montam a mais de 70%, segundo o DIEESE.

O advogado Antonio Castagna Maia, em resposta às ponderações do conselheiro eleito do Petros, Paulo T. Brandão, a respeito do BPO (Benefício Proporcional Opcional), disse: "O critério de reajuste dos benefícios, por conta da aventada alteração do artigo 41 do Regulamento, seria o IPCA. A redação é curiosa, pois: durante o período de suspensão, é corrigido pelo IPCA; quando da efetiva fruição, será corrigido pelo índice do Plano Petros que, em princípio, se supõe seja o próprio IPCA. A redação deve ter alguma motivação que efetivamente não desnudamos. Não haveria uma contradição? De um lado, o optante pelo BPO vincula-se às alterações do plano; as alterações provavelmente contemplarão a adesão ao IPCA. Por que, então, é referido um indexador desconhecido para a correção do futuro benefício realizado? Já não está

contemplado na 'validação' do novo texto regulamentar?" Em outras palavras: o BPO é uma excrescência.

Mais perdas

- A perda do vínculo salarial que atenua as perdas;
- A desvinculação da característica BD (plano previdenciário, solidário, com valor definido do benefício);
- A perda da garantia por parte da Petrobrás à saúde do plano (artigo 48 - IX);

Corte do vínculo com a Petrobrás e risco de perda da AMS (esta, quando foi criada, era vitalícia e garantida). Foi se deteriorando e hoje está pendurada no

"A REPACTUAÇÃO NÃO CONTEMPLA: RECUPERAÇÃO DAS PERDAS CRIADAS PELAS FRAUDES SALARIAIS NEM O PAGAMENTO DAS DÍVIDAS DA PETROBRÁS COM A PETROS"

ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) que é válido só por 2 anos. Está em estudo o processo de sua entrega a uma empresa privada (o plano do ex-presidente Flory de entregá-la à "Sul América", através da empresa Petrossaude não morreu. A empresa continua viva).

Por outro lado, o Plano Petros 2, conforme disseram Rio Nogueira (criador do Plano Petros) e Castagna Maia, advogado da FUP, é péssimo, infinitamente pior que o Petros BD, e até mesmo pior que o PPV.

Além disso, contraria os artigos 193 e 194 da Constituição Federal, que definem que previdência privada tem que ser para bem-estar social e não para fins financeiros como o Petros 2, que objetiva dar mais lucro aos acionistas norte-americanos.

Desvinculação do INSS - A Proposta de desvincular o benefício do INSS também é outra loucura. O FAT/FC criou a condição de os benefícios serem 90% do salário de contribuição para a Petros. Se desvincularem o benefício, quando o INSS for comprimido, como já aconteceu muitas vezes, a Petros não estará obrigada a cobrir a diferença para manter os 90%.

A repactuação não contempla: recuperação das perdas criadas pelas fraudes salariais nem o pagamento das dívidas da Petrobrás com o Petros, que hoje superam os R\$ 8 bilhões. A companhia, no seu "Informativo Recursos Humanos nº 10", já reconheceu parte da dívida: R\$ 4,5 bilhões.

Os dirigentes da Petrobrás não têm se mostrado confiáveis

- Fizeram um contrato em 1996 com o Petros de pagar em espécie os salários dos Pré-70 e não cumpriram. Deveriam pagar com correção pelo INPC+8%;
- Pagaram com títulos NTN que rendem IPCA+6% e o seu valor de mercado é menos de 30% do valor de face;
- Têm cometido sucessivas fraudes salariais;
- Não cumprem a Lei 109 para admitir os novos no Plano Petros. Apresentaram o PPV como um excelente plano e todos sabemos que o PPV não prestava. Agora oferecem um plano ainda pior dizendo que é bom. Defendem de forma vergonhosa o acionista estrangeiro em detrimento daqueles que construíram uma das maiores empresas petrolíferas do mundo.

BPO pode consolidar absurdos - O advogado Maia, ainda em resposta ao conselheiro Paulo T. Brandão, acrescentou que o BPO pode consolidar situações absurdas no plano, como por exemplo, o contingente 78/79: "Corre-se o risco de



consolidar situações absolutamente desfavorável ao participante. Vê-se, mais uma vez, que um plano de benefícios é um organismo vivo, onde cada modificação altera outras partes, outros órgãos, levando a um novo equilíbrio do que nos atreveríamos a referir como ecossistema. A adoção de um benefício SEM que sejam solucionados aspectos pendentes, a exemplo do contingente 78/79, leva ao desequilíbrio das diversas situações frente ao plano".

Se o primeiro e mais forte argumento da Petrobrás para a mudança de Plano é "propiciar situação de equilíbrio financeiro no atual Plano Petros" (Informativo Recursos Humanos no 13-16/05/2006); como justificar esta mudança se o déficit atuarial do Plano Petros em janeiro de 2006 era de apenas R\$ 3,5 bilhões e a Petrobrás é devedora, confessa, de R\$ 4,5 bilhões?

Então o Plano Petros é atuarialmente superavitário? Quem, em sã consciência, abandonaria um sólido e confiável Plano BD, superavitário, em troca de uma aventura, movida a propina, de benefício indefinido?

Oferecem um novo pacto em que só um dos lados leva vantagem e os participantes só perdem. A Petrobrás reconhece que deve ao Plano Petros, mas só quer quitar a dívida mais à frente sem os atrasados; e oferecem um plano que incentiva a saída dos funcionários para empresas estrangeiras, desmontando a política de Recursos Humanos da Petrobrás, o que tem criado o pior clima nas relações internas da história da companhia. Esta é a maneira mais fácil de destruir a Petrobrás!

Av Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2409 - Centro - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 20020-906 - www.aepet.org.br



AEPET NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 324 - Junho / 2006

Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 050200119-4/2002
ECT/DR/RJ
AEPET
DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

PREJUÍZO ANUNCIADO

AEPET alertou sobre o projeto Gasoduto Bolívia-Brasil num país sem mercado para o gás

A AEPET foi contrária ao empreendimento e ao contrato do Gasoduto Bolívia-Brasil da forma como foram concebidos.

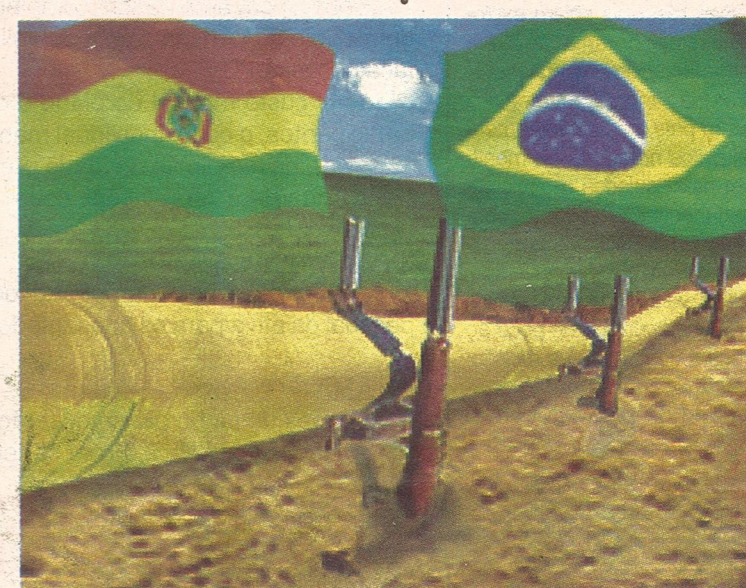
1) Ruim para o Brasil - Para viabilizar o gasoduto, o então presidente Fernando Henrique mandou paralisar 15 projetos de hidroelétricas em andamento, mesmo tendo o Brasil condições de dobrar a capacidade de geração com essa fonte; passou a importar um energético em moda forte e atrelado a uma cesta de petróleo com preços internacionais; passou a depender de um recurso externo controlado por multinacionais que só visam lucro;

2) Ruim para a Bolívia - O país andino só detinha pouco mais de 10% das reservas de gás e receberia apenas 18% dos demais proprietários;

3) Péssimo para a Petrobrás - Por ser anti-econômico (taxa de retorno de 10% ao ano contra um custo financeiro de 12% ao ano; a empresa assinou uma cláusula leonina que a obrigava a assumir o risco do mercado. Ela era obrigada a

pagar pelo valor contratado mesmo sem importar o gás correspondente por falta de demanda. Chegou a importar 12 milhões de metros cúbicos por dia e pagar 24 milhões; assumiu o risco cambial e ainda a obrigação de comprar a energia elétrica gerada pelas usinas termelétricas privadas. A AEPET alertou ainda que não se tinha garantia de reservas suficientes para o tamanho do investimento. Por este alerta a Petrobrás acabou conseguindo concessões e descobriu os campos de San Alberto e San Antonio. Segundo a entidade, o projeto por ser anti-econômico, além de conter elevados riscos, jogava o País e a Petrobrás numa aventura. Foram milhões a mais do que um outro gasoduto que cruzasse o Paraguai e entrasse em território brasileiro pelo Paraná.

O projeto não levava em conta nem o possível aumento do consumo dos bolivianos. A demanda brasileira também foi questionada pela AEPET porque não houve no governo Collor, quando o projeto foi desenvolvido, me-



todologia técnica confiável para fazer o levantamento seguro para o consumo nas regiões Sul e Sudeste. A Comgas, por exemplo, maior distribuidora paulista, não tinha condições de adequar a malha de distribuição de gás de nafta para o gás natural em curto prazo. As distribuidoras estaduais se recusavam a assinar, solidariamente a cláusula "Take or pay" com a Petrobrás. A política tarifária ainda não tinha sido equacionada. Ou seja, havia pressão para que se viabilizasse o gasoduto Bolívia-Brasil sem haver necessidade e com parecer contrário

de técnicos da Petrobrás. A grande questão é: os órgãos de imprensa não gritaram quando a Petrobrás foi obrigada a engolir um contrato leonino. O mais curioso: por que essa mesma mídia não grita quando o ex-ministro Rodolfo Tourinho apresenta o projeto de Lei 226 que confisca todos os dutos da Petrobrás e os entrega para a ANP a fim de arrendar para empresas estrangeiras, as mesmas que não correram o risco do Bolívia Brasil? Este sim representa um prejuízo brutal para a Petrobrás e não vemos a "Veja" nem a Miriam Leitão esbravejarem.

PÁGINA 03



"Pensando o Brasil"
Governo Federal anuncia 8º Leilão de reservas petrolíferas e AEPET lembra que o Brasil não pode abrir mão do seu petróleo.

PÁGINA 03

Engenheira aposentada da Petrobrás conta os bastidores da negociação sobre o gás na Era FHC. BR ficou fora da privatização da distribuidora Comgas.

EDITORIAL - PÁG. 02

Nacionalização dos hidrocarbonetos. Petrobrás terá que rever política de investimentos no exterior

PÁGINA 02

Toma posse a diretoria da AEPET/ Macaé

PLANO PETROS 2 É UMA ARMADILHA
Leia a análise do conselheiro eleito Fernando Siqueira sobre a proposta de repactuação

Leia a íntegra da análise feita na década de 90 pela AEPET e a sua proposta clicando em Estudos Técnicos e depois no disquete. Acesse à nossa página www.aepet.org.br

Enquanto os países estão retomando o controle de suas matérias-primas, o Brasil está na contramão da história e leilando as suas reservas no momento em que se aproxima o Terceiro Choque do Petróleo. A previsão dos analistas independentes é de que o preço do barril estará acima de US\$ 100 por volta de 2008 quando a demanda estará superior à oferta. No fim deste mês, a ANP estará realizando um leilão para campos maduros, ao invés de estar guardando essas reservas para explorar mais tarde porque estarão mais valorizadas. Em agosto, haverá outra licitação, sendo leiloados 1.153 blocos com indícios de alto potencial petrolífero. Em vez desses ativos estarem na carteira da Petrobrás, dentro do poder soberano dos brasileiros, a direção da empresa prefere continuar com a mentalidade financeira de exploração em outros países, o que poderá causar problemas futuros no Equador e na Argentina.

Se não queremos que nossas reservas sejam exploradas, pondo em risco a nossa soberania, também não queremos que isso aconteça com os nossos irmãos. Recursos energéticos são fontes estratégicas de importância capital para um país, conseqüentemente, recursos para serem utilizados no desenvolvimento de uma nação. Não podem estar sujeitos a posições imperialistas de um único país, acabando com a soberania do povo explorado. O governo FHC desmontou a eficiente estrutura energética do País e minou a verticalização da Petrobrás que dava vantagem comparativa ao Brasil. Eliminando a política centralizada do poço ao posto o que levaria a empresa a cumprir a sua missão: **abastecer de petróleo o País ao menor custo possível e manter a propriedade do petróleo com o povo brasileiro.**

COLUNA DO ASSOCIADO DE 26/05/2006-05-26

1 – Plano de Grande Risco

O convênio para atendimento de Grande Risco está sendo firmado com a corretora Canada Assist. Será atendido pela Unimed que tem uma boa rede hospitalar. Poderão se inscrever sócios da AEPET e/ou seus parentes sem limite de idade. O plano cobrirá hospitalização, cirurgias, obstetrícia e exames necessários durante a internação. Será oferecido aos residentes no Rio de Janeiro mas haverá possibilidade dos inscritos no Rio poderem ser atendidos em outras cidades.

2 – UTI Móvel Domiciliar

O convênio está em fase de assinatura.

O Associado poderá inscrever quaisquer familiares para participar do plano. O plano visa atender urgências e emergências médicas domiciliares através de uma equipe formada por médico, enfermeira e socorrista em ambulância completamente equipada para esses casos. O atendimento é feito em domicílio e só termina com a estabilização do paciente ou sua remoção para um hospital, caso se faça necessário.

O custo mensal do plano é de R\$13,00 por pessoa. Se o associado indicar quatro novos participantes, o custo individual mensal cai para R\$ 10,00. Vantagem para todos.

Não haverá limite de idade para inscrição.

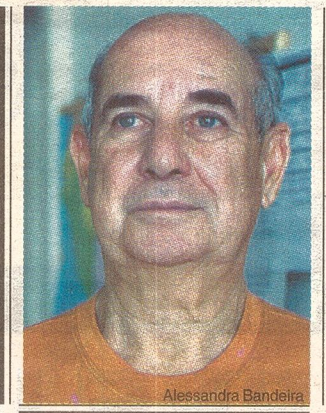
Aguardem informações sobre como se fará a inscrição no plano.

3 – Ação dos 5%

Já foi dada entrada pelo advogado da AEPET a ação que reivindica os reajustes dados ao pessoal da ativa para os aposentados nos ACTs de 2004/2005 e 2005/2006.

4 – AMA

No mês de junho próximo, serão renovadas as carteirinhas dos sócios e seus dependentes. A renovação custará R\$ 2,00 por carteirinha.



Alessandra Bandeira

PENSANDO O BRASIL

AEPET ADVERTE SOBRE O PETRÓLEO E LEMBRA PREJUÍZOS NA ERA FHC

O diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, criticou, no último dia 18, durante o ciclo de debates "Pensando o Brasil", no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), os "cristão novos" que passaram a defender a Petrobrás no caso da crise do gás, mas que nunca defenderam a companhia quando ela passou a ser administrada sem levar em conta o interesse do Brasil e da própria Petrobrás no período Fernando Henrique Cardoso. "Na Veja, na coluna da Miriam Leitão e do próprio Fernando Henrique eles passaram a ser defensores da empresa, mas nunca denunciaram os projetos lesivos à companhia que acabaram sendo implementados, mesmo com o parecer contrário do corpo técnico da Petrobrás", disse Siqueira. Ele pediu que os brasileiros se unam para impedir que o Brasil volte a ser importador de petróleo no futuro, quando o barril poderá custar acima de US\$ 100, porque se está exportando o produto no momento em que deveria guardar.

Entre os vários prejuízos à companhia na Era FHC, Fernando Siqueira citou a proibição para que se perfurasse os campos com grande potencialidade, a fim de que fossem entregues à Agência Nacional do Petróleo (ANP) para serem leiloados. "A sorte é que foi nomeado o Guilherme Estrella, um nacionalista, para a diretoria de Exploração e Produção, e a ordem dele

foi para que os campos fossem explorados. No período curto de janeiro a agosto de 2003, a Petrobrás conseguiu descobrir 6,6 bilhões de barris de petróleo que seriam entregues às multinacionais concorrentes", disse Fernando, lembrando a importância que este ativo tem para a empresa e para o País, inclusive se transformando em crédito da companhia junto às instituições financeiras. "Se não descobrisse petróleo até agosto, a empresa teria que devolver estas áreas para a ANP. O Estrella fez um esforço concentrado para que isso não acontecesse".

Sobre o caso do gasoduto Bolívia-Brasil, Siqueira contou que o corpo técnico da Petrobrás era contra na forma por que ele seria construído. Ele disse que, na cultura da empresa, tradicionalmente são apresentados cinco alternativas para que fosse escolhido o melhor. Isso foi desrespeitado porque a intenção da direção nomeada por Fernando Henrique era pelo projeto que foi implementado, no qual, apenas, as multinacionais estrangeiras na Bolívia seriam beneficiadas. "Fiz parte da equipe que trabalhou na análise. O José Machado Sobrinho, que tentava apresentar um projeto alternativo, foi demitido por Fernando Henrique Cardoso. Havia claro objetivo de aprovar o que acabava beneficiando as multinacionais estrangeiras".

Siqueira disse ainda que este projeto alternativo previa que o

da Repetro, que beneficiou os estrangeiros na concorrência com as empresas brasileiras. Hoje, apenas cinco continuam sendo fornecedoras da Petrobrás. Sobre o governo Lula, Siqueira criticou os leilões e a exportação de petróleo, porque a energia alternativa ainda não pode ser considerada como opção.

Siqueira ressaltou ainda que a Petrobrás teve que assumir a compra de energia gerada pelas termelétricas. A atual diretoria da empresa foi obrigada a comprar as termelétricas mercantis para reduzir os prejuízos. Só para Usina Barbosa Lima Sobrinho a Petrobrás paga R\$ 25 milhões para que fique praticamente parada. "O Fernando Henrique fez um artigo para O Globo defendendo a Petrobrás no caso da Bolívia, sem mencionar os prejuízos criados durante a sua administração". Ele sublinhou que a Petrobrás construiu um parque industrial de ponta no País com 5 mil fornecedores brasileiros. Ele foi destruído na Era FHC com a criação

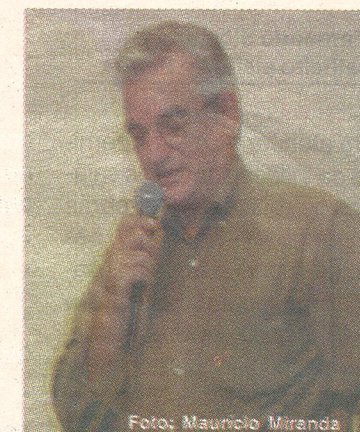


Foto: Maurício Miranda

da Repetro, que beneficiou os estrangeiros na concorrência com as empresas brasileiras. Hoje, apenas cinco continuam sendo fornecedoras da Petrobrás. Sobre o governo Lula, Siqueira criticou os leilões e a exportação de petróleo, porque a energia alternativa ainda não pode ser considerada como opção.

O diretor da AEPET disse que o Governo Federal deveria investir maciçamente na biomassa por ser o Brasil bem aquecido pelo nível insolação. "O biodiesel produz o derivado glicerina. Pode-se formar uma glicerquímica porque já há estudo que demonstra que, através da glicerina, pode-se ter derivados como o plástico e até para confecção de prótese humana", acrescentou, lembrando que a AEPET já havia se posicionado a favor de uma estatal voltada para a bioenergia que poderia ter como sócios a Petrobrás, a Eletrobrás, o BNDES com o apoio técnico da Embrapa.

PROJETO FOI PARA BENEFICIAR SHELL E BG QUE FICARAM COM A COMGÁS

O desabafo de Carmem Barreto, engenheira aposentada da Petrobrás, em correio eletrônico para a jornalista Miriam Leitão, sobre a imposição do governo Fernando Henrique Cardoso para que a estatal fizesse o gasoduto Bolívia-Brasil, apesar da opinião contrária dos técnicos da empresa, gerou retornos que a própria Carmem não esperava. "Recebi ligações de militares que participaram do golpe de 1964 até os que foram punidos, todos impressionados com os relatos e se solidarizando comigo", disse Carmem. Em entrevista ao jornal

"Surgente", do Sindipetro-RJ, a engenheira abriu mais o verbo. Ela contou que o Governo Federal impediu que a empresa atuasse nos dois maiores mercados de distribuição de gás (São Paulo e Rio de Janeiro) onde receberia o retorno pelo alto investimento. "Quando houve a privatização da Comgas, maior distribuidora do País (São Paulo), a Petrobrás foi proibida de participar". "A BR não podia participar dessa privatização. Quem a comprou foram a Shell e a BG, outras duas sócias do gasoduto", acrescentou. Apesar das multinacionais es-

trangeiras fazerem parte do gasoduto, a Petrobrás, que detinha participação acionária minoritária no consórcio, é que ficou responsável pela maioria dos investimentos na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). "Só tínhamos direito ao veto do que eles chamam em inglês de 'majors decisions' (decisões principais). Realmente, a gente entrou com muito mais comprometimento. Isso é de conhecimento de todos, é só ir à empresa, no próprio GTB ou na Petrobrás, na área de gás, que eles têm tudo. Estão registrados

todos os nossos compromissos", disse Carmem, informando que posteriormente a Petrobrás comprou 2% das ações da BHP. Carmem disse também que o escritório da Petrobrás na Bolívia já informava que havia uma campanha nos meios de comunicação do país vizinho contra a presença da Petrobrás. "Percebi que havia uma intenção exatamente nessas primeiras empresas multinacionais que compraram as reservas da YPF de antagonizar o povo com a Petrobrás".

A íntegra da entrevista está em nossa página (www.aepet.org.br)

ASSISTA:



Assista as palestras "Pensando o Brasil" nas TVs Comunitárias em todo o Brasil. Veja os dias e horários das veiculações na sua cidade em: www.aepet.org.br

Compareça na Assessoria Brasileira de Imprensa - ABI (Av. Araújo Porto Alegre, 71/9º andar) toda quinta-feira, às 18h30, e assista às palestras. Veja a programação:

Dia 08/06 – "DEFESA NACIONAL", com o General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa

Dia 21/06 – "Brasil no Contexto Mundial", prof. José Luiz Fiori.

Dia 29/06 – "Meio Ambiente", ambientalista Jean Marc Von der Weid.

Dia 06/07 – "Reforma Agrária", economista João Pedro Stédile.

Dia 13/07 – "Saúde Pública", médico José Noronha.

Dia 20/07 – "Economia Política do Pleno Emprego", economista J. Carlos de Assis.

Dia 27/07 – "Brasil no Contexto Mundial", professor Luiz Pinguelli Rosa.

Dia 10/08 – "Uma Visão de Longo Prazo para o Desenvolvimento", professor João Paulo de Almeida Magalhães.

Dia 17/08 – "Uma Macroeconomia para o Desenvolvimento", economista João Sicsú.

Dia 24/08 – "Vulnerabilidade Externa e Desenvolvimento", economista Reinaldo Gonçalves.

Dia 31/08 – "Finanças Públicas para o Desenvolvimento e a Distribuição de Renda", economista Carlos Eduardo Carvalho.

Dia 14/09 – "Balanço e Conclusões", engenheiro Raymundo de Oliveira, economista João Paulo de Almeida, engenheiro Heitor Pereira e o jornalista Maurício Azêdo.

Expediente

AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134

Presidente: Heitor Manoel Pereira
Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / Vice: Felipe C.C. Coutinho
Administrativo: Ruy da S. Gesteira / Vice: Roldão M. Fernandes
Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / Vice: Henrique Sotoma
Cultural: Sílvio Sinedino / Vice: Ricardo Latgé M de Azevedo
Jurídico: Sydney Reis Santos / Vice: Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-Macacé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL: Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães
- S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho / Pernambuco: Adélmo José Leão Brasil / Brasília: Velocino Toriello

Redação

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTB nº 15.562)
Reportagem: José C. Moutinho
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com
Arte: Thereza Costa e Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira/Thereza Costa

Impressão: Gráfica da Tribuna da Imprensa
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Tiragem: 25 mil exemplares

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

TOMA POSSE A DIRETORIA DA AEPET-MACAÉ:

Tomou posse, no último dia 19 de maio, a nova diretoria para o Núcleo Regional de Macacé da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET-Macacé). O Presidente da AEPET, Heitor Pereira, esteve presente à solenidade.

DIRETORIA DA AEPET

PRESIDENTE:

José Carlos Lima de Almeida

VICE-PRESIDENTE:

José B. Menezes Leite Netto

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

Walter de Mattos

VICE-DIRETOR ADMINISTRATIVO:

Marcos N. Ferreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:

Renato Glaeser

VICE-DIRETOR DE

COMUNICAÇÃO:

Aparecido P. Simões

DIRETOR CULTURAL:

Márcia Ida de Oliveira Silva



VICE-DIRETOR CULTURAL:

Dirceu Bampi
João Antenor Prata Xavier

CONSELHO FISCAL

Eric Malm
José Sérgio Daher
Otávio Lamas de Farias

AEPET Rio Parabeniza a nova Diretoria